

L E I N° 592/66

Data : 30 de maio de 1966

Súmula: Cria o Serviço Autônomo de Água e Esgoto e dá outras providências.

A Câmara Municipal de Bandeirantes, Estado do Paraná, decretou e eu, Prefeito Municipal, sancionado a seguinte

L E I

Artigo 1º - Fica criado, como entidade autárquica municipal, o Serviço Autônomo de Água e Esgoto – SAAE, com personalidade jurídica própria, sede e foro na cidade de Bandeirantes, dispondo de autonomia econômica, financeira e administrativa dentro dos limites da presente Lei.

Artigo 2º - O SAAE atuará em todo o território do Município, competindo-lhe, com exclusividade, diretamente ou mediante contrato com a SANEPAR ou entidade especializada em Engenharia Sanitária:

a) estudar, projetar e executar as Brás relativas à construção, ampliação ou remodelação dos sistemas públicos de abastecimento de água potável e de esgotos sanitários municipais;

b) atuar, como órgão coordenador, executor o fiscalizador de execução de convênios celebrados, para os fins do item “a”, entre o Município e Órgãos Federais ou Estaduais;

c) Operar, manter, conservar e explorar os serviços de água potável e de esgotos sanitários;

d) Laçar, fiscalizar e arrecadar as tarifas e taxas dos serviços que prestar, bem como as contribuições de melhoria que incidirem sobre os imóveis beneficiados com tais serviços, por delegação do Poder Executivo.

Artigo 3º - O SAAE administrado, digo será administrado por um Diretor, preferencialmente Engenheiro Civil ou Sanitarista, ou que tenha pelo menos grau médio de instrução, nomeado pelo Prefeito Municipal.

§ 1º - Poderá a Prefeitura contratar a administração do SAAE com uma organização oficial especializada em Engenharia Sanitária.

§ 2º - Incumbe ao Diretor, ou no caso do parágrafo anterior, à organização administradora, representar o SAAE ou promover-lhe a representação em juízo ou fora dele.

Artigo 4º - O patrimônio inicial do SAAE será constituído de todos os bens imóveis, móveis, instalações, títulos materiais e outros valores do Município atualmente destinados e utilizados nos sistemas de água e esgotos sanitários, os quais lhe serão entregues sem qualquer ônus ou compensações pecuniárias.

Artigo 5º - A Receita do SAAE será constituída dos seguintes recursos:

a) Do produto de quaisquer tributos e remunerações de correntes diretamente dos serviços, tais como: tarifas de água e de esgotos, instalação, reparo, aferição, aluguel e conservação de hidrômetro, ligações de água ou esgoto, multas, etc.

b) Do Fundo Municipal de Saneamento – FMS criado pela Lei nº 591, de 30 de maio de 1966.

c) Do produto da venda de materiais inservíveis e de alienação de bens patrimoniais que se tornem desnecessários aos seus objetivos.

d) De recursos diversos.

§ 1º - O SAAE poderá realizar operações de crédito, para antecipação da receita ou para obtenção de recursos necessários à execução de obras, ampliação e remodelação dos seus serviços.

§ 2º - A entidade financiadora poderá se constituir procuradora bastante e irrevogável do Município, a critério do Poder Executivo, que, desde já fica autorizado para tanto, com o fim especial de receber dos Governos da União e do Estado, as quotas dos artigos 15 e (ou) 20 da Constituição Federal, as quais recolherá aos cofres municipais, após deduzir o que lhe couber a título de amortização, juros, comissões, taxas e outros encargo, eventualmente não pagas nos prazos contratuais.

Artigo 6º - A classificação dos serviços, as tarifas respectivas e as condições para a sua concessão deverá ser estabelecidas em regulamento.

§ 1º - As tarifas de água e de esgoto será fixadas pelo SAAE de modo que atendam no mínimo, à amortização do investimento efetuado, aos custos de operação e de manutenção e a constituição de reservas para reposição.

§ 2º - A fixação das tarifas deverá ser delegada à Companhia de Saneamento do Paraná – SANEPAR -, quando isso se torne necessário como condição de assistência técnica ou financeira por parte da mesma e

(ou) à conta de recursos do FAE, bem como quando servidores do Estado forem colocados à disposição do SAAE.

Artigo 7º - Serão obrigatórios nos termos do artigo 36 do Decreto Federal nº 49.974-A de 21 de janeiro de 1961, os servidores de água e esgoto nos prédios considerados habitáveis e situados em logradouros dotados de rede.

Artigo 8º - É vedado ao SAAE conceder isenção ou redução de tarifas dos seus serviços.

Artigo 9º - O SAAE terá quadro próprio de empregados, os quais serão sujeitos, ao regime de emprego previsto na Consolidação das Leis do Trabalho.

§ 1º - Compete à administração do SAAE admitir, movimentar e dispensar seus empregados, de acordo com as normas a serem fixadas em regimento interno.

§ 2º - Aos servidores estaduais, colocados à disposição do SAAE sem ônus para o Ensino, ficam assegurados os vencimentos e demais vantagens previstas em Lei Estadual.

Artigo 10 - Aplicam-se ao SAAE todas as prerrogativas, isenções, favores fiscais e demais vantagens da alçada municipal.

Artigo 11 - Fica assegurado ao SAAE o direito de interromper o fornecimento de água aos usuários, quando os mesmos deixarem de efetuar os pagamentos de seus débito, após trinta (30) dias do vencimento.

Artigo 12 - Fica aberto o crédito especial de um milhão de cruzeiros (Cr\$ 1.000.000,00), para ocorrer às despesas com a instalação do SAAE.

Artigo 13 - O Prefeito Municipal regulamentará a presente Lei, dentro de sessenta dias, a contar da data de sua publicação.

Artigo 14 - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Bandeirantes, em 30 de maio de 1966.

Moacyr Castanho
Prefeito Municipal

Antônio C. Zulmires de Campos
Oficiala administrativo